

# Documento pede criação de frente parlamentar

A anistia foi o tema predominante na sessão de ontem da Câmara, a primeira da legislatura iniciante, quando 16 oradores da Oposição e um da Arena reclamaram a medida, apontando-a como a única forma de pacificação nacional. Uma carta da Comissão Brasileira pela Anistia foi lida da Tribuna, em nome da liderança emedebista, pelo vice-líder Valter Silva (RJ), na qual se afirma que a anistia exigida pelo povo brasileiro compreende a soltura de todos os presos políticos, o retorno de todos os exilados, a volta dos cassados à vida pública e a reintegração dos demitidos, aposentados e reformados pelos atos de exceção.

Referindo-se à formação da Frente Parlamentar pela Anistia, solicitada no documento da Comissão pela Anistia, bem como ao grande número de deputados que trataram do assunto na sessão de ontem, Odacir Klein, do MDB gaúcho, afirmou que todo o povo, e não somente os políticos, defende a anistia. Lembrou uma reportagem mostrada domingo pela "TV Globo", quando populares manifestaram-se pela abertura política, redemocratização do País e pela anistia. Também em São Paulo, durante um jogo de futebol, surgiram faixas pedindo anistia ampla e irrestrita, lembrou o parlamentar.

Airton Soares, da Oposição paulista, que se destacou na legislatura passada em defesa dos presos políticos, disse que enquanto "torturadores e criminosos estão impunes, os patriotas são marginalizados, punidos, exilados ou mortos nas prisões".

João Cunha (MDB-SP) rejeitou a proposta de anistia anunciada pelo governo, dizendo que a "mão estendida do sr. Figueiredo está manchada de sangue dos que morreram nas prisões e nos porões da ditadura nestes 15 anos". Em sua opinião, a luta pela anistia deve ser vista como um instrumento de ação política para denunciar a exceção e a alienação do patrimônio brasileiro às multinacionais. Segundo ele, os punidos pelos atos excepcionais o foram em virtude de sua luta em defesa dos interesses brasileiros, pela denúncia de corrupção e da subserviência governamental aos grupos econômicos estrangeiros.

Para Heitor Alencar Furtado (MDB-PR), filho do cassado líder oposicionista Alencar Furtado, a intenção do governo em conceder "perdão" a uns poucos tem como objetivo visível confundir as ações de luta política armada com crimes comuns. Segundo ele, se a anistia prometida pelo general Figueiredo não for ampla e irrestrita, como deseja o povo brasileiro, poderá ter ela qualquer outro nome, menos o de anistia, configurando-se como uma mistificação.

## LIBERDADE

Elquisson Soares (MDB-BA) disse que o povo quer o fim da fome e da farsa, exigindo liberdade de expressão e de associação, bem como uma sociedade mais justa. Para se atingir tais objetivos, frisou, torna-se imperiosa a concessão de anistia a todos os atingidos pelos atos excepcionais. João Gilberto, do MDB gaúcho, criticou a projetada anistia por etapas, considerando ser tal formulação contrária a sua própria essência.

Na opinião de João Gilberto, o projeto governamental de "descomprimir" o País, através de pretensa abertura política e concessão limitada de anistia, revela-se uma jogada inteligente do sistema. Segundo entende, o objetivo da ação do governo é criar espaços, ampliar a participação popular, reduzir a selvageria repressiva sem, contudo, ceder o fundamental, manter a margem de manobra do poder, prolongando assim a forma autoritária vigente.

Para o representante gaúcho, este ano será marcado por choques e episódios entre o projeto político do governo e as pretensões mais amplas de redemocratização do País. Disse que o povo anseia pelo retorno ao Estado de Direito, por participação e pela retomada do poder através de eleições, frisando ser a anistia a aspiração mais imediata, devendo incluir todos os atos praticados sob inspiração de luta política.

Defenderam ainda a anistia aos punidos pela Revolução os oposicionistas Francisco Libardoni (SC), Fernando Coelho (PE), Adhemar Santillo (GO), Aldo Fagundes (RS), Edson Khair (RJ), Marcelo Cordeiro (BA), Valdir Valter (RS), Peixoto Filho (RJ), Jerônimo Santana (RO) e Nabor Júnior (AC). O único arenista a defender a anistia foi o gaúcho Emídio Perondi, que fez ressalvas aos ataques ao governo, feitos pelos oposicionistas, mas frisando ser favorável ao agraciamento amplo a todos os atingidos nos últimos 15 anos pela Revolução.

## A CARTA

O documento da Comissão Brasileira Pela Anistia conclama os parlamentares a lutar pela anistia ampla e geral, integrando tal movimento como parte da luta geral pelas liberdades democráticas.

A carta da comissão adverte os parlamentares de que a luta pela anistia não será fácil, frisando encontrarem-se as dificuldades no regime militar, contrário às liberdades. O governo, segundo o documento, tenta iludir o povo com uma promessa falsa de anistia, acentuando que a medida, adotada parcialmente, visa a discriminar as vítimas da repressão e a dividi-las.

Os movimentos que lutam por anistia ampla, geral e irrestrita, diz o documento, querem-na para todos os que se opuseram ao regime militar e foram por ele perseguidos, não importando as formas de luta através das quais expressaram sua Oposição. Se alguns setores da Oposição se lançaram no caminho da luta armada — diz ainda — o fizeram pelo cerceamento, pela violência da atividade política, da obstrução de todos os canais de organização popular e da institucionalização da repressão policial.

Denuncia a carta que a violência foi primeiramente utilizada como meio de repressão pelo regime, com prisões, exílios, torturas e mortes. As responsabilidades pelas arbitrariedades jamais foram apuradas e o "espantinho do terrorismo, usado para amedrontar, não engana o povo, porque este sabe que o terror alcançou sua escalamáxima por parte dos próprios órgãos do Estado", acrescenta o documento.

Como responsável pela idéia da criação da CPI dos Direitos Humanos, o senador Orestes Quércia, emedebista de São Paulo, admitiu ontem que o MDB possa desistir da Comissão Parlamentar de Inquérito em troca de uma anistia irrestrita, mas desde que a disposição do governo em negociar a questão seja posta concretamente.

O comentário de Quércia foi a propósito da entrevista que o líder da Arena no Senado, Jarbas Passarinho (Pará), reconheceu que, sendo a CPI um gesto político do MDB, poderia ser negociado com o governo em troca de uma anistia mais ampla do que a preconizada pelo general Figueiredo.

Ao comentar o assunto, o físico Mário Schemberg, que ontem esteve no Congresso Nacional integrando o Movimento pela Anistia, também ponderou que o MDB não deve desistir da CPI em troca de uma anistia parcial. Afirmou que, mesmo num caso de anistia geral e irrestrita, alguns membros do Movimento podem exigir a CPI ao MDB.

Mário Schemberg, aposentado na USP em 69 pelo AI-5, disse também que não pode ser aceita nenhuma anistia que não seja geral:

"Estão confundindo anistia com revisão de processos. Anistia não é isso. Anistia é uma palavra grega que significa "esquecimento" e não "indulto", ou "perdão".

Acrescentou que a instalação da CPI dos Direitos Humanos não deve preocupar o governo, "porque o próprio governo vem condenando a tortura, não considerando a prática de tortura como uma coisa de sua responsabilidade, mas sim de determinadas pessoas que agem à revelia do governo".

"Agora, se as famílias das pessoas que desapareceram ou morreram nas mãos dos agentes do governo vão concordar com a desistência da CPI em troca da anistia geral, não sei. O nosso movimento pode ficar satisfeito se houver a anistia geral, mas há correntes dentro dele."